



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do Estado do Rio Grande do Sul ao Termo de Cooperação Técnica n. 012/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Associação dos Magistrados Brasileiros, o Instituto Mary Kay e a Associação Brasileira de Rede de Farmácias e Drograrias. (Processo CNJ SEI n. 05146/2020).

O **Estado do Rio Grande do Sul**, com sede na Praça Marechal Deodoro, s/n, Porto Alegre/RS, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, por intermédio da **Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social**, neste ato representado por sua Secretária, **Regina Maria Becker**, portadora da cédula de identidade (CI) nº 2022062935 SSP/RS e do CPF nº 239.396.300-63, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 012/2020**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Conselho Nacional do Ministério Público**, a **Associação dos Magistrados Brasileiros**, o **Instituto Mary Kay** e a **Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias**, que tem por finalidade a conjugação de esforços entre os partícipes visando: fortalecer a implementação da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha em território nacional e reduzir a desigualdade de gênero; reduzir os índices de violência contra mulheres e meninas em território nacional, durante a pandemia de covid-19; garantir e proteger os direitos humanos de mulheres e meninas em situação de violência; promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero; envolver e conscientizar a sociedade no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, com a finalidade de estabelecer cultura de paz, respeito e solidariedade; desenvolver e dar ampla divulgação à **CAMPANHA SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**, que tem por objetivo criar mais um meio de as vítimas acessarem o sistema de justiça.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, essa Secretaria assina o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Regina Maria Becker

Secretária da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social do Rio Grande do Sul



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria Becker**, **Usuário Externo**, em 16/12/2021, às 11:37, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj) informando o código verificador **1229923** e o código CRC **47CAB241**.

